

Avaliação externa em tempos estranhos - entranha-se alguma coisa?

Quando, a 15 de março, as aulas presenciais desapareceram, em muitos de nós, professores e alunos, a par de várias preocupações, os exames logo começaram a ser uma das maiores!

O E&D começou e a constatação de que muitos iriam ficar para trás, na quantidade e na qualidade das aprendizagens que era possível ir desenvolvendo, assolava-nos a consciência.

Em abril e maio foram tomadas decisões, sobre a avaliação externa, de carácter excepcional, como não poderia ter deixado de acontecer.

A prova final do 3.º ciclo (exame de 9.º ano) não se realizou. Fez falta? Irá a sua ausência fazer-se sentir nos alunos que ingressam agora no 10.º ano? Alguma vez o desempenho dos alunos no 10.º ano foi diferenciado em função da sua prestação nesta prova? Que correlação existe entre a classificação no exame e as avaliações no 10.º ano? É positiva com certeza, mas é forte? Ou precisamos enquanto sociedade de um exame apenas para “enquadrar” o trabalho dos professores e “credibilizar” o sistema perante uma opinião publicada que gosta sempre de saborear algumas gotas de sangue?

Quanto ao ensino secundário, continuaram a existir os três exames de Matemática. A solução encontrada porventura não poderia ter sido muito diferente. As provas estavam feitas e qualquer alteração corria sempre o risco de pôr em causa o seu equilíbrio. Por outro lado a gestão do programa não é feita de forma uniforme em todas as escolas e por isso não se poderia garantir o que, até ao início do E@D, tinha ou não sido trabalhado com os alunos, apesar de ainda termos voltado à escola para um mês de ensino presencial. A opção incidu assim sobre a forma como a classificação da prova foi obtida.

Não sendo agora possível distinguir entre alunos internos e alunos externos, podemos considerar que os resultados não tiveram alterações significativas em Matemática B e em MACS. Já em Matemática A os resultados foram claramente superiores, sendo de 19 valores a moda das classificações da 1ª fase e a média subiu para 13,3 valores. Foi o bastante para logo aparecer gente com um *“aqui-del rei” que o facilitismo está de volta...* sem saber sobre o que falavam ou o que escreviam.

De facto, mais alunos concluíram o ensino secundário porque não estiveram dependentes dos exames para isso. A consequência imediata foi o aumento, desejável sempre, do número de candidatos ao ensino superior. Por outro lado, todos os alunos realizaram provas como autopropostos. Por isso só realizou exames quem porventura não tinha avaliação interna para aprovar na disciplina (não sabemos que percentagem, mas não serão mais que uns 15 a 20%) ou aqueles que eventualmente contariam com as provas especificamente para o concurso de acesso ao ensino superior. Matemática A é a mais requerida como prova específica. Repare-se que, este ano, realizaram a

prova menos 10000 estudantes que no ano transacto – cerca de 22% menos do que em 2019 (*). A maioria significativa dos que realizaram esta prova, realizaram-na, porque quiseram e estariam, pois, razoavelmente bem preparados para isso.

Quem classificou provas de Matemática A, como nós, constatou que as classificações “negativas” (inferiores a 9,5 valores) pareceram revelar estudantes que efetivamente não adquiriram conhecimentos fundamentais e estruturantes. Já quanto às classificações mais elevadas, fomos surpreendidos com algumas delas – vinte valores? Alguns vintes, na verdade, não correspondiam a provas de 20, com respostas às vezes completamente estranhas em alguns itens, mas que não contribuíam para a classificação da prova. Outros sim – eram provas resolvidas completamente de forma correta. Também algumas das provas obtiveram razoáveis classificações com pouco mais do que os itens de escolha múltipla resolvidos correctamente.

Baixada a poeira, algumas velhas questões merecem que voltemos a elas e outras novas que as olhemos de outros ângulos.

Os exames são reguladores ou espartilhos das aprendizagens?

Para que serve o exame do 9.º ano?

Continua a fazer sentido fazer do ensino secundário um refém do acesso ao ensino superior? Estamos em condições de autonomizar completamente um do outro? É possível encontrar um sistema de acesso justo, que valorize as competências dos estudantes candidatos, mas que ao mesmo tempo não deixe à sua mercê aqueles que só dependem do que a escola pública lhes pode e consegue proporcionar?

Enquanto prova específica para acesso ao ensino superior, nas condições em que actualmente é utilizada, não é relevante que provas com níveis de desempenho diferentes tenham a mesma classificação?

Mas, *a contrario*, com exames a contribuírem para a formação da classificação final de disciplinas no ensino secundário, ciclo terminal da escolaridade obrigatória, não será justo um sistema de classificação que valorize, num conjunto de itens, o melhor que os alunos conseguem fazer?

Enfim, pode ser que estes tempos estranhos e estas medidas excepcionais façam refletir e repensar um conjunto de ideias que tendem a sacralizar-se no nosso sistema de ensino.

Pense nisto!

CRISTINA CRUCHINHO

ESC. SEC. FILIPA DE VILHENA - PORTO

JOAQUIM FÉLIX

AE GABRIEL PEREIRA - ÉVORA

(*) Dados consultados nos relatórios do Júri Nacional de Exames disponíveis em <https://www.dge.mec.pt/relatoriosestatisticas-0> (consultado a 2/09/2020)